

CONSTRUÇÕES AFETIVAS: INTERVENÇÃO PSICOSOCIAL EM UMA PENITENCIÁRIA FEMININA CAPIXABA

AFFECTIVE CONSTRUCTIONS: PSYCHOSOCIAL INTERVENTION AT ESPIRITO SANTO STATE FEMALE PRISON

GEZIANY LAIS PESSOTI*

JANAÍNA SILVA*

LÉSLIE CORRÊA GUASTI*

SIMONE DE SOUZA MOMBRINE*

SIMONE ZAMBORLINI*

MÔNICA TRINDADE PEREIRA SANT'ANA**

ISSUE DOI: 10.5008/1809.7367.063

RESUMO

Neste trabalho relata-se as experiências no projeto de extensão “Construções Afetivas: intervenção psicossocial em uma penitenciária capixaba”. O objetivo do projeto foi realizar intervenções psicossociais com Presas de uma Penitenciária Feminina do Espírito Santo e seus filhos lactentes. Participaram das intervenções treze mães em situação prisional de regime fechado e seus filhos com faixa etária de zero a dois anos. Como método foram realizadas diversas dinâmicas de grupo, buscando compreender as construções afetivas das internas, ajudá-las no desenvolvimento da afetividade entre mães e filhos e suavizar as marcas de sofrimento que o sistema carcerário pode provocar. O trabalho teve uma excelente receptividade, as presas relataram que foram momentos essenciais para suportarem a rotina disciplinar da prisão, elas participaram ativamente das discussões, buscaram, nas dificuldades emocionais vividas, significar e refletir o que é ser mãe. As crianças apresentaram alguns comportamentos característicos do avanço do desenvolvimento, como falar, andar, pedir o que desejavam com sinais e gestos compreensíveis.

Palavras-chave: Mãe. Criança. Prisão.

ABSTRACT

This paper reports the experiences regarding the extension project Affective Construction: psychosocial intervention at Espirito Santo State female prison. The aim of this project was to conduct psychosocial interventions with inmates of female Prison at Espirito Santo State and their nursing infants. Thirteen mothers of closed prison system and their children aged zero to two years took part of the interventions. As method it was developed several group dynamics in order to understand the affective constructions

* Graduandas do curso de Psicologia da AEV/FAESA.

** Professora Orientadora do Curso de Psicologia AEV/FAESA, Especialista em Psicodrama pelo IMPSI/Faculdade Metropolitana, Mestre em Psicologia pelos PPGP/UFES.

of the female inmates, help them in developing affection between mothers and children and soften the marks of suffering that the prison system can cause. The work had an excellent acceptance, the female inmates reported that this time was crucial to withstand to the disciplinary routine of prison. They participated actively in the discussions, they searched emotional difficulties experienced and meaning and reflection on what is being a mother. Children showed some characteristic behaviors of advancing development as talking, walking, asking for what they wanted with understandable signs and gestures.

Keywords: *Mother. Child. Prison.*

Os conhecimentos produzidos pela Psicologia se aliam às práticas jurídicas na medida em que transformações econômicas, sociais e científicas permitem compreender e explicar o comportamento humano a partir de paradigmas biológicos e da liberdade individual.

Com o maior desenvolvimento da economia e do comércio, na Europa pré-capitalista dos séculos XIV a VII, surgem as casas correcionais, onde os criminosos eram obrigados a trabalhos forçados e há uma ação severa sobre o corpo, conhecida como suplício e que tinha como justificativa o fim corretivo. No final do século XVIII e início do século XIX, aparecem as prisões e surge uma nova moral na arte de punir. (RUSCHE; KIRCHHEIMER, 2004; FOUCAULT, 1998).

Foucault (1998) aponta que na nova modalidade de correção, ao se tocar o corpo, deveriam ser seguidas regras rígidas, pois o objetivo tornou-se atingir a alma do criminoso, sua moral. Para isso, um “exército de técnicos” substitui os carrascos: capelães, psicólogos, educadores, médicos. Para que o corpo seja punido sem dor, já que esta já não era mais a finalidade da ação punitiva, tais técnicos entraram nas prisões para transformar os criminosos em “corpos úteis e dóceis” ao trabalho e adaptados às regras sociais. Assim, o corpo deixa de ser o alvo da ação punitiva e passa-se a punir a “alma”, com tal punição buscava-se uma transformação moral, diríamos também afetiva, para posterior utilidade social do homem criminoso nas indústrias, por exemplo.

O modelo prisional constituído desde aqueles tempos ainda está presente, contudo, hoje, não se fala em transformação da alma, mas em ressocialização. Por mais que a ressocialização seja a finalidade desejada, muitos aspectos da construção subjetiva dos presos ficam fragilizados durante o cumprimento da pena, e o corpo ainda é sujeito a algum sacrifício. Diante desta problemática, o projeto de extensão “Construções Afetivas” buscou realizar intervenções psicossociais em uma penitenciária feminina do Estado do Espírito Santo, atendendo uma demanda da Secretaria de Justiça do Estado (SEJUS), de atendimento psicológico às presas. O trabalho aconteceu na Unidade do Berçário, no período de março a novembro de 2012, onde ficam as apenadas que encontram-se em estado avançado de gestação e as que tem filhos lactentes. O objetivo do projeto foi realizar intervenções psicossociais com presas de uma Penitenciária Feminina do Espírito Santo. A atuação de alunos de psicologia junto à população carcerária torna-se fundamental, uma vez que permite trabalhar os efeitos deletérios do cárcere, cuidar da dimensão afetiva no processo de encarceramento e ser auxiliar no processo de garantia dos direitos humanos do preso.

PRISÃO E OS DESAFIOS DA MULHER ENCARCERADA

Historicamente as prisões tiveram como objetivo punir e reintegrar os homens. Foucault (1998) e Goffman (1990) apontam que tais instituições surgiram como uma “máquina de transformar homens”. Assim, criminosos, depois de devidamente treinados e disciplinados, seriam docilmente reintegrados à sociedade como homens de bem, prontos a servir ao modo de produção capitalista.

A economia é a principal característica do desenvolvimento da sociedade capitalista. Esse modelo produtivo-econômico proporcionou para a sociedade a ampliação tecnológica e do bem estar de parcela da sociedade, no entanto promoveu extremos de privação, pobreza e marginalização social para outra parcela da população. Desta forma, esse modo de organização da sociedade gerou como consequência a marginalização de grande parte da população, assim, “enquanto, por um lado, acumula-se riqueza, por outro, miséria, incerteza, desesperança e violência” (CUNHA, 2010, p.158).

Na pós-modernidade, tais características da sociedade capitalista parecem se exacerbar, na medida em que há um aumento da concentração de riqueza de bens materiais, e acesso às tecnologias mais modernas para poucos, o que contribui para exclusão e privação de classes, o aumento da pobreza e da escalada da criminalidade.

A prisão parece trazer à tona o modelo excludente, presente em nossa sociedade, uma vez que a população carcerária é basicamente composta por pessoas pobres. Contudo, não podemos incorrer nos erros já cometidos por alguns cientistas sociais que associaram pobreza à criminalidade, naturalizando esta relação. Marino (2002) afirma que o estresse econômico pode desencadear o crime, contudo, a prática do crime depende da fragilização do estado de integração social em seus vários níveis, como família, trabalho, comunidade e política, por exemplo; bem como dos mecanismos de proteção contra o ingresso no crime.

Cunha (2010) alerta para a participação do modelo de organização social excludente, presente na sociedade capitalista, e seus efeitos na forma de configuração do sistema prisional feminino, sistema que vem ganhando mais espaço, mesmo com os desafios e as consequências que produzem, uma vez que há um aumento significativo de crimes praticados por mulheres e o encarceramento das mesmas.

O relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil (2007) aponta, a partir dos dados do DEPEN de 2000 e 2006, um aumento da população carcerária total, formada por homens e mulheres, em todo o país. E que o encarceramento de mulheres, de 2000 a 2006, aumentou em 135,37%, aumento bem maior do que dos homens, que foi de 53,36%. O mesmo relatório traz que a maioria das mulheres presas no Brasil, hoje, é jovem, mãe solteira, afro descendente e muitas vezes, é condenada por envolvimento com tráfico de drogas (ou entorpecentes) e apresenta vínculo forte com a família.

Lemgruber (1999) e Kurowsky (1990) acreditam que o aumento das taxas de criminalidade feminina acontece à medida que há maior igualdade entre os sexos, e que as mulheres buscam igualar-se aos homens. Guilhermano (2000, p.79) reafirma esses estudos e aponta que:

a maior liberdade aumentou a participação da mulher na esfera pública, trabalho, compras, bancos, etc., e isto poderia explicar algum dos aumentos na parcela feminina de crimes pequenos contra a propriedade, tais como furtos, roubo em lojas, fraudes, falsificação de cheques, etc.

O acréscimo da população carcerária exige um debate mais amplo sobre a execução penal e as especificidades da mulher, já que, como já foi dito, ele gera especificidades e consequências. Assim, é importante considerar no encarceramento feminino a questão da saúde, os direitos sexuais e reprodutivos, a preservação do seu núcleo familiar, conforme previsto na Lei de Execução Penal N° 7.210, de 11 de julho de 1984, Brasil (1984) (LEP).

A presença das mulheres em unidades prisionais aponta, desta maneira, para a necessidade de políticas específicas para mulheres presas que garantam acesso aos métodos anticoncepcionais, consultas ginecológicas, exames Papanicolau e preventivos do câncer de mama. Bem como, o direito de convivência em local adequado com os filhos menores de 18 anos, acompanhamento gestacional, registro do recém

nascido, permanência na companhia dos filhos recém nascidos durante o período de amamentação. E ainda, redes de apoio como abrigos para crianças e adolescentes que estavam sob guarda da mãe que foi presa, informação sobre colocação dos filhos em família substituta. Além de outras sutilezas, como o uniforme e outros fatores que se adéquam às características femininas adotadas culturalmente. Tais garantias ainda precisam ser debatidas e implantadas mais amplamente no Brasil.

A desatenção para com as necessidades das mulheres presas não ocorre apenas no Brasil e tem sido apontada por vários estudos que indicam que as prisões femininas não têm programas específicos para promoção e sustentação das visitas de filhos e familiares, não incentivam as correspondências por cartas ou mesmo do contato telefônico. A ideia pode estar permeada pela concepção de que essas mães, por serem presidiárias, estejam desqualificadas para a atividade materna, e não sejam merecedoras de atenção (FARRELL, 1998; BECKERMAN, 1994).

As instituições prisionais destinadas a mulheres, constituídas como dispositivos sociais da exclusão, incrementam a lógica excludente, trazendo questões de gênero, uma vez que são construídas a partir de uma lógica masculina, o que não têm garantido o exercício da maternidade de forma adequada e nem da feminilidade (FERNANDÉZ, 1995; GRAZIOSI, 1999; SMAUS, 1999; MORENO, 1993; PARENT, 1986; GARCIA, 1998; OLMO, 1998; BECKERMAN, 1994; ARÚS, 1995).

A instituição prisional também contribui para a construção de uma imagem negativa do sujeito, já que é um contexto estigmatizado e local em que se cristalizam preconceitos.

Os efeitos mais duradouros do processo de institucionalização são os danos causados à constituição da identidade, a afirmação do 'estigma', a incorporação do Sentimento de inferioridade e a redução significativa da autoestima. Tais consequências tendem a se agudizar quando se trata de mulheres infratoras no contexto de reinserção social, uma vez que esse processo de estigmatização se intensifica, na medida em que a ele se soma o sexismo vivenciado por estas em suas relações sociais cotidianas (SILVA, 1997, p. 176).

Muitos autores já revelaram em seus trabalhos a capacidade das prisões de desorganizar, desorientar e, por vezes, até mesmo destruir – física e psicologicamente – aqueles que nelas são internados (FOUCAULT, 1998; GOFFMAN, 1990). As prisões femininas brasileiras ainda não foram suficientemente estudadas, especialmente no que se refere aos danos psicológicos que elas podem causar para as internas e seus filhos em virtude do isolamento que promovem.

Kurowsky (1990) destaca que o aprisionamento feminino causa na interna uma ansiedade muito grande, um sentimento de inferioridade, impotência, menos valia. Contudo, se ela é mãe e tem a oportunidade de estar junto com seu filho, poderá aliviar essa situação, dedicando boa parte de seu dia em função do filho, e/ou um trabalho no qual estará diretamente ligada a ele, onde ela canalizará sua energia. O autor destaca ainda que o alojamento conjunto para mãe e filhos dentro da prisão surgiu para que as mães pudessem permanecer com seus filhos durante o período da amamentação, visto que é uma fase de suma importância no desenvolvimento. Muitos dos filhos das apenas encontravam-se em estado de abandono. O espaço deve oferecer um trabalho multidisciplinar, com atividades psicopedagógicas, estimulação, alimentação adequada e assistência à saúde, para que as crianças possam desenvolver todas as suas capacidades.

No entanto, os ambientes que acolhem presas e seus filhos acabam por aprisionar também as crianças, e a falta de condições ambientais interferem de maneira negativa no desenvolvimento e aprendizagem delas; a privação estende-se à estimulação sócio cultural e emocional adequada a cada faixa etária (KUROWSKY, 1990).

Por outro lado, autores como Spitz (1988) e Bowlby (2002) apontam que é muito proveitosa a permanência do bebê próximo à mãe. Ambos se beneficiam da relação, a criança recebe condições para o desenvolvimento de uma base de apego seguro, e a mãe, por sua vez, cria laços afetivos com o filho, permitindo um interesse persistente entre ambos, capaz de oferecer uma gama sempre renovada, rica e variada, todo um mundo, de experiências vitais. O que torna as experiências tão importantes para a criança é o fato de que elas são interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno; e a criança responde afetivamente ao afeto. A relação com a mãe é essencial na infância, pois na idade os afetos são extremamente importantes, mais do que em qualquer outro período posterior da vida, já que, no decorrer de seus primeiros meses, a percepção afetiva e os afetos predominam na experiência do bebê, praticamente com exclusão de todos os outros modos de percepção.

O aprisionamento feminino traz muitos dilemas afetivos, sociais, familiares e legais, assim torna-se extremamente importante estudos e práticas que busquem compreender esta realidade. Partindo de tais problemáticas que buscou com este projeto de extensão compreender a realidade da mulher aprisionada que fica com o filho lactente junto com ela na Unidade Prisional.

MÉTODO

O projeto de extensão foi desenvolvido em uma penitenciária feminina, com um grupo de 13 mães em situação de regime fechado e seus filhos. Dentro da instituição prisional na qual o trabalho foi realizado, o lugar onde as mães ficam com seus filhos é chamado de BERÇÁRIO. As internas e seus filhos foram encaminhados para atendimento psicológico no projeto de extensão “CONSTRUÇÕES AFETIVAS”: INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM UMA PENITENCIÁRIA FEMININA CAPIXABA, e foram atendidos em grupo por cinco estudantes de psicologia e bolsistas de extensão da AEV/FAESA, supervisionadas pela professora coordenadora do projeto. As internas participantes tinham idade entre 18 e 45 anos, aproximadamente, e as crianças de 0 a 3 anos.

Os dados foram coletados a partir de dinâmicas de grupo, reflexões sobre contos, músicas e filmes, festas em ocasiões especiais, discussões sobre diversos temas trazidos a partir das demandas das internas e das necessidades psicológicas percebidas nas crianças.

Os materiais utilizados para o desenvolvimento das atividades foram: lápis grafite, lápis de cor, giz de cera, caneta hidrocor, cola, papel A4, cartolina, recortes de revistas, livros de literatura infantil, fantoches, revista, garrafas pet, DVDs, computador, TV, brinquedos diversos, régua e tinta guache. Em função das regras de funcionamento do presídio, todo o material utilizado foi inspecionado no início e encerramento das atividades por uma agente penitenciária, e a entrada de material só aconteceu quando autorizada pela direção da Unidade Prisional.

As atividades foram desenvolvidas em um local fechado, onde as internas tomam banho de sol, e na brinquedoteca. Foram realizados de março a novembro de 2012, perfazendo um total de 20 encontros.

Devido ao sigilo previsto no Código de Ética do Psicólogo, os participantes deste estudo não terão seus nomes revelados, as participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido que informava os objetivos do projeto, a garantia de sigilo e a liberdade de participar ou não da atividade.

Os dados coletados nos atendimentos serão descritos a partir do modelo de relato da experiência. Segundo Pádua (2002), tais relatos têm como função transferir um segmento da realidade para um contexto de interpretação científica, considerando os dados como ponto de partida para conhecimento da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados serão descritos indicando os momentos selecionados como mais significativos, em função da reflexão trazida pelas internas, em duas etapas: **abrindo caminhos e superando desafios; conhecendo os dilemas de mães e filhos encarcerados: trabalhando a afetividade.**

Abrindo caminhos e superando desafios

No início, quando propusemos a atividade, houve uma rejeição muito grande por parte das internas quanto à necessidade de um trabalho ser realizado naquele espaço, por psicólogos. Segundo elas, não havia necessidade de um atendimento psicológico. Informamos que era uma proposta de trabalho, mas que não eram obrigadas a aceitar e participar. Depois da explicação da proposta de trabalho, elas aceitaram participar, assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, mas mesmo assim percebemos que participavam dos encontros encarando-os como obrigação.

Logo no início realizamos uma dinâmica de grupo entre mães e filhos, com o objetivo de permitir que as mães refletissem sobre a importância dos relacionamentos afetivos entre ambos. Apontamos o quanto é importante o momento em que a mãe se dedica à criança com amor, carinho e atenção, para o estabelecimento do vínculo afetivo. Para realização desse momento foi utilizado livros com histórias infantis e revistas. Algumas internas, não compreendendo o objetivo da dinâmica, aproveitaram a oportunidade para folhearem as revistas e não participaram da dinâmica da forma prevista no objetivo, que era interagir com seus filhos. Outras, por sua vez, realmente utilizaram o material disponibilizado e as crianças demonstraram grande satisfação por estarem realizando essa atividade com suas mães. Mais um fato que chamou a atenção foi que as internas e seus filhos demonstraram autonomia ao escolherem o material para a realização das atividades. Para surpresa na finalização do trabalho daquele dia, ao iniciar o recolhimento dos livros de literatura infantil, as crianças começaram a chorar, se agarraram aos livros, não querendo que aquele momento terminasse.

Na intervenção pudemos observar o sofrimento das internas com a falta do relacionamento/interação com a família, muitas completamente revoltadas, relataram que nunca receberam atenção, carinho e amor dos pais, por não ter tido pais presentes, que lhes contasse histórias, como pode ser visto nas falas:

“Eu fui criada pelos meus avós, fui abandonada quando eu era criança, pela minha mãe.” [sic]

“Meu vizinho cuidou de mim, não tinha ninguém da minha família por mim.” [sic]

“Fui abandonada pelos meus pais, não tenho família perto de mim, não tenho ninguém por mim, não sei para onde vou depois que eu pagar minha pena.” [sic]

“Conheço essas histórias, mas não lembro de ninguém lendo para mim, acho que é bom ler para os filhos.” [sic]

Ao longo dos encontros, algumas internas relutaram muito para falar das experiências vivenciadas, principalmente das que deixaram marcas de forma negativa. No entanto, à medida que as dinâmicas foram sendo realizadas, trazendo à tona essas memórias vividas, foram aumentando as participações. Elas narravam momentos vividos por elas, todos marcados por histórias de muito sofrimento. Muitas choravam, ao ouvir os relatos das colegas de grupo, pois se reconheciam umas nas histórias das outras. Algumas não queriam falar e logo diziam:

“eu não quero falar sobre minhas experiências, não quero ficar chorando” [sic]

Bock, Furtado e Teixeira (1999) ressaltam que as pessoas sabem muito sobre si mesmas, mas que o psicólogo tem instrumentos adequados para ajudar os indivíduos a compreender, organizar e aplicarem o conhecimento sobre si, no sentido de uma mudança ou transformação. O momento pode trazer dor e sofrimento, pois nele relembra-se ou busca-se elaborar experiências conflituosas, mas tem momentos extremamente prazerosos, por ajudar a aliviar, resolver questões que são geradoras de tensão e adoecimento. Assim, buscamos trabalhar com o grupo a necessidade de usar aquele momento para falar de si.

Ao longo dos trabalhos, observamos uma mudança nítida no comportamento, na participação das internas. Quando propúnhamos as dinâmicas de grupo, todas queriam participar, falar e compartilhar suas histórias e diziam:

“Deixa-me sentar aqui na frente.” [sic]

“Fica quieta que eu quero escutar.” [sic]

“Agora é a minha vez.” [sic]

Tal participação foi muito gratificante, pois fomos percebendo que o trabalho estava sendo aceito e tinha um significado importante para aquelas mulheres.

Conhecendo os dilemas de mães e filhos encarcerados: trabalhando a afetividade

Assim que chegamos ao presídio, encontramos uma ala separada para as internas que ficavam com seus filhos lá dentro ou que estavam em estado adiantado de gestação. Na ala existiam vários quartos que abrigavam em média três internas e seus filhos, sendo equipados com 3 camas e 3 berços e ventiladores. Uma sala com alguns brinquedos, que era chamada de brinquedoteca, uma área de uso coletivo das internas, onde as mesmas lavam e secam as roupas das crianças, tomam banho de sol e as crianças costumavam ficar, pois, apesar de gradeado e protegido com tela na parte de cima, permite a entrada de luz, água da chuva, vento e mosquitos.

O trabalho que inicialmente foi realizado envolvia apenas as mães, mas estando lá, encontramos crianças carentes de estímulos sensoriais (visão, audição, paladar, tato, olfato), emocionais, sociais e tantos outros. Nos deparamos com crianças com dois anos que apenas emitiam sons sem qualquer sentido que nós pudéssemos entender. Crianças que ficavam maravilhadas quando descobriam, por baixo dos nossos jalecos, uma parte de nossas roupas coloridas, floridas, xadrez, listradas ou outro detalhe qualquer. Inicialmente nos olhavam assustadas, não queriam chegar perto, mas aquela presença diferente foi tomando o lugar da novidade, do interessante da descoberta, da brincadeira.

Tal experiência confirmou a falta de condições ambientais, a privação de estimulação sócio-cultural-emocional adequada a cada faixa etária, a perda do contato social e a consequente impossibilidade de aquisição de conhecimentos necessários ao desenvolvimento, apontados por Kurowsky (1990).

Diante do cenário nos pareceu imprescindível a realização de trabalhos voltados também às crianças. Pois, a criança que vive numa instituição prisional com suas mães, não podem participar do ciclo diário da vida familiar e não tem nenhuma interação social contínua com os adultos necessários ao desenvolvimento apontados por Bowlby (2002). Isso acarreta muitas mudanças nas características do ambiente que a criança irá crescer, modificando todo aquele ideal de local para um desenvolvimento sadio.

À medida que as internas desejaram/escolheram participar do grupo conosco, o grupo passou a ganhar força e ser valorizado pelas internas. As crianças já nos reconheciam, às vezes choravam quando ficavam em um grupo separado das mães para atividades diferentes, mas logo se acostumavam com nosso jeito, “meio desajeitado”, de acalmá-las, oferecer conforto e estímulos adequados.

Para as crianças foram exibidos DVDS de temas infantis e musicais, papel A4 e canetas hidrográficas coloridas, brincadeiras com diversos fantoches, contação de histórias com livros de literatura infantil e tinta guache colorida para se expressarem artisticamente. Elas demonstravam nunca terem tido contato com esse tipo de material, ficavam maravilhadas e gritavam de alegria. Ensinávamos a falar através da repetição incessante de algumas palavras, dançávamos, cantávamos, virávamos cambalhotas junto com elas. Aos poucos fomos vendo seus repertórios verbais e de outros comportamentos mudarem, os choros diminuíram, o repertório de palavras e gestos começou a fazer sentido. No dia das crianças foi realizada uma festa com guloseimas, bolas coloridas e decoração infantil; para surpresa, escutamos pela primeira vez de algumas crianças, particularmente uma que já tinha mais de dois anos, as palavras “*bolo, bola, mais, acabou, guardanapo*”. Ficamos felizes quanto à importância do trabalho, pois vimos de maneira clara o progresso alcançado pelas crianças e a importância que o estímulo tem no desenvolvimento de qualquer indivíduo, não importando o meio no qual esteja inserido. As mães internas demonstraram satisfação através de relatos:

“Aqui dentro só Deus pela gente, ele e nossos filhos nos dão força pra aguentar e agora vocês.” [sic]

“Antes a gente não gostava do sábado, mas agora a gente gosta, porque vocês vêm.” [sic]

“Agradecemos a vocês que se lembraram dos nossos filhos, fazendo esse momento festivo para eles.” (Dia das crianças) [sic]

“Só vocês pra pensar nisso, aqui ninguém deu nem um pirulito para os nossos filhos.” [sic]

“Você viu a minha filha, ela não sabe nem o que pegar primeiro.” [sic]

“Em nome de todas as internas quero agradecer o momento que vocês nos proporcionaram, muito obrigada.” [sic]

“É muito importante ser lembrado, não esperávamos por isso.” [sic]

Considera-se essencial para a saúde mental do recém-nascido e da criança de pouca idade, o calor, a intimidade e a relação constante com a mãe (BOWLBY, 2002). Sendo assim, acreditamos que apesar das desvantagens encontradas pela criança neste ambiente, também existem pontos positivos para seu desenvolvimento psíquico. Realizamos algumas atividades com as mães a respeito de estimulação infantil, como fazer, o que fazer e por que fazer. Entendemos que muitas delas não receberam de seus pais carinho, atenção ou qualquer tipo de estímulo e respeito, portanto, também não sabem o que fazer.

Durante o período que realizamos nosso trabalho, a instituição, por iniciativa própria, liberou a permanência de duas calopsitas (pássaros) na ala do berçário, também foi instalada permanentemente uma TV e disponibilizados alguns DVDs infantis. Sem dúvida as pequenas melhorias também contribuíram para o desenvolvimento das crianças e para a diminuição do grau de estresse nas mães internas. Também implantaram um sistema parecido com uma creche, assim, quando as mães iam para a escola ou frente de trabalho, as crianças ficavam sob supervisão de duas mães e de uma interna com formação superior que buscava estimular as crianças. As presas disseram:

“Agora parece que as coisas estão mudando, vocês vêm, as crianças têm a moça que brinca com elas, acho que a agente deve a vocês, porque antes ninguém fazia nada com elas (as crianças) aqui.” [sic]

As presas relataram que o isolamento, a disciplina rígida, o tratamento desumano e humilhante que vivenciam confunde a percepção do tempo, traz incerteza quanto ao futuro, as deixa mais duras afetivamente. Contudo, no que se refere ao sentimento de amor pelos filhos, ficou claro que todas o têm, algumas com dificuldade de expressá-lo. Elas também se sentem humilhadas, diminuídas e culpadas por seus filhos viverem numa situação de cárcere, apesar de não abrirem mão da presença dos mesmos, pois eles representam, para elas, a atenuação do sofrimento causado pelo isolamento.

CONCLUSÃO

O projeto teve dificuldade inicial quanto à receptividade, mas à medida que os trabalhos foram sendo desenvolvidos fomos tendo uma receptividade melhor para as atividades, e as internas consideraram nosso trabalho como fundamental para suportarem o sofrimento provocado pela rotina disciplinar da prisão, um momento de alívio, reflexão e expressão de suas emoções.

Nos grupos realizados com as internas tivemos a oportunidade de refletir sobre os diversos assuntos trazidos por elas. As questões mais significativas eram a relação mãe-filho dentro da unidade prisional, os efeitos do processo na vida de seus filhos. Assim, a maternidade parece ser importante, mas se apresenta de maneira ambígua para as internas: de um lado está o sentimento de felicidade, alegria por poder cuidar de seu filho e de estar perto dele, e do outro está a angústia e a tristeza, uma vez que as mães se sentem duplamente penalizadas face ao momento de separação da mãe-presa de seu filho, e manter o filho num ambiente que pouco favorece o desenvolvimento afetivo, cognitivo, biológico, social e cultural.

As internas participaram ativamente das discussões, buscaram significar o crime, as dificuldades emocionais vividas, refletir sobre os significados de ser mãe e outros temas que virão a ser discutidos em outros artigos, como: família, casamento, sexualidade, crime, paternidade, drogas e planos para o futuro.

Esse trabalho permitiu refletir sobre a necessidade de políticas mais cautelosas direcionadas às mães que têm o direito de permanecer com seu filho na prisão durante a lactação. A problemática de filhos aprisionados junto com as mães é complexa e necessita de mais estudos e debates. Estando perto ou longe das mães, as crianças enfrentarão perdas. É importante ressaltar que as crianças não estão na prisão para cumprirem uma pena, mas para ter o benefício do leite materno e do afeto na primeira infância. Contudo, as condições físicas e de estimulação das crianças precisam de muito cuidado e atenção, para que elas não se tornem pequenas presas.

AGRADECIMENTOS

Às internas que participaram das atividades propostas no projeto; à direção e à equipe técnica da unidade prisional em que o estudo foi realizado; à Secretaria de Justiça do Estado do Espírito Santo pelo convênio efetivado com a FAESA e autorização para realização do trabalho. Ao programa de pesquisa, extensão e cultura da FAESA pelo apoio e financiamento do projeto.

REFERÊNCIAS

ARÚS, F. La mujer y el sistema penitenciario español. **Revista Del Poder Judicial**. Madrid, n. 39, sept. 1995. p. 65-97. Disponível em: <http://www.poderjudicial.es/cgpj/es/Poder_Judicial>. Acesso em: 25 maio 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1996.

BECKERMAN, A. Mothers in prison: meeting the prerequisite conditions for pregnancy planning. **Social Work**. EUA, v. 39, p. 9-14, 1994. Disponível em: < em : 14/06/2012.

BOCK, A. M. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei 7.210, de 11 de Julho de 1984.

BRASIL. **Relatório sobre mulheres encarceradas no Brasil**. Documento apresentado à Corte Interamericana de Direitos Humanos e elaborado por: Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional, CEJIL; Associação Juízes para a Democracia, AJD; Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, ITCC; Pastoral Carcerária Nacional; Instituto de Defesa do Direito de Defesa, IDDD; Centro Dandara de Promotoras Legais Popular; Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude, ASBRAD; Comissão Teotônio Vilela, CTV; Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, IBCCRIM; com o apoio do Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, CLADEM; e Programa para a América Latina da International Women's Health Coalition. Fev/2007. Disponível em: <http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/relat%C3%B3rio_oea.pdf>. Acesso em: 03 maio 2012.

BOWLBY, John. **Cuidados maternos e saúde mental**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 239 p.

CUNHA, Elizangela Lelis da. Ressocialização: o desafio da educação no sistema prisional feminino. **Cad. CEDES**. Ago. 2010, vol. 30, no. 81, p. 157-178. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 17 ago. 2012.

FARRELL, A. Policies for Incarcerated Mothers and their families in Australian Corretions. **Australian and New Zealand Journal of Criminology**. Queensland, Australia, n. 31, p. 101-117, 1998. Disponível em: <<http://www.uk.sagepub.com/journals/Journal>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir – Nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1998.

GARCIA, C. A. Mujer y cárcel: el rol genérico en la ejecución de la pena. In: OLMO, R. (Coord). **Criminalidad y Criminalización de la mujer em la región andina**. Caracas: Editorial **Nueva Sociedad**, 1998. p. 63-73. Disponível em: <. Acesso em: 25 maio 2012.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. Trad. D. M. Leite. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1990.

GRAZIOSI, M. Infirmas sexus: la mujer en el imaginario penal. **Nueva Doctrina Penal**. Buenos Aires, p. 55-95, 1999. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=6602>>. Acesso em: 06 jul. 2012.

GUILHERMANO, Thais Ferla. **Fatores associados ao comportamento criminoso em mulheres cumprindo pena em regime fechado na penitenciária feminina Madre Pelletier**. 2000. 197 f. Dissertação, Porto Alegre.

KUROWSKI, Cristina M. **Análise crítica quanto a aspectos de implantação e funcionamento de uma creche em penitenciária feminina**. 1990. Trabalho de conclusão de curso de especialização em criminologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: 25 maio 2012.

LEMGRUBER, J. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 170 p.

MARINO, J. M. F. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. **Sociologias**. Porto Alegre, n.8, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 12 set. 2012.

MORENO, M. H. Mujeres y prision. **Cuadernos de política Criminal**. Madrid, n. 49, p. 339-354, 1993. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/revista?codigo=379>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

OLMO, R. del. **Criminalidad y criminalizacion de la mujer em la region andina**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998. Disponível em: <www.scielo.org.ve>. Acesso em: 10 jun. 2012.

PÁDUA, E. **Metodologia da pesquisa: abordagem teóricoprática**. 8 ed. Campinas: Papyrus, 2002.

PARENT, C. La protection chevaleresque ou les representations masculines du traitement des femmes dans la justice penale. **Déviance et société**, Liège, v. 10, n. 2, p. 147-175, 1986. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ds_0378-7931_1986_num_10_2_1474>. Acesso em: 12 set. 2012.

SMAUS, G. Teoría del conocimiento feminista y criminología de la mujer. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 7, n. 27, p. 235-249, jul./set. 1999. Disponível em: <www.ibccrim.org.br/site/revista>. Acesso em: 10 set. 2012.

RUSCHE, G.; KIRCHHEIMER, O. **Punição e estrutura social**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

SPITZ, R. A. **O primeiro ano de vida: um estudo psicanalítico do desenvolvimento normal e anômalo das relações objetais**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Recebido em Outubro 2013

Aceito em Novembro 2013

Correspondência para/Reprint request to:

Monica Trindade Pereira Sant'ana
Rua dos Ipês, 270, casa 53, Santa Luzia, Serra, ES
CEP: 29165-575
Email: monicatpereira@bol.com.br